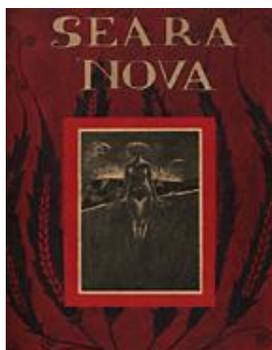


DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



Seara Nova, revista de doutrina e crítica, Lisboa, 1921-1984 (1ª. Série)

A *Seara Nova* é uma referência central na história da cultura portuguesa do século XX, indispensável para aqueles que queiram conhecer as alternativas políticas e culturais que se gizaram desde o final do regime republicano até ao ocaso do Estado Novo e onde confluíram diversas personalidades críticas desses regimes políticos. A relevância que tem sido atribuída à *Seara Nova* tem implícita uma ambiguidade nem sempre explicitada, pois remete, por um lado, para um movimento intelectual e cívico que pugnava por uma revolução da mentalidade das elites portuguesas, de inspiração crítica, humanista e racionalista, visando um regresso aos ideais inspiradores da instauração da república, e, por outro, o órgão que lhes serviu de instrumento e tribuna. Este último não se circunscreveu ao período de maior intervenção no espaço público dos seus fundadores e principais impulsionadores (casos de, entre outros, Raul Proença, Jaime Cortesão e António Sérgio), sobrevivendo, com novos protagonistas e mundividências, vários anos após o núcleo fundador ter deixado de contribuir para a revista.

Mais do que uma distinção analítica e retrospectiva, a destrição entre o movimento intelectual fundador e o rumo do periódico foi fomentada ainda nas primeiras décadas da sua existência. António Sérgio – que se afastou da direcção da revista em 1939 por divergências quanto à forma como esta estava a ser administrada – seria um dos principais críticos do caminho que considerava dissonante em relação aos intuítos iniciais. Num texto publicado postumamente, dava conta dessa cisão, contrapondo à fraternidade, elevação moral e unidade espiritual dos “homens da Seara”, a desunião intelectual da “multidão heteróclita” que se seguiu à sua saída. Ainda na opinião de António Sérgio, “o espírito seareiro perdeu de todo o seu órgão, e passou a só existir em certas individualidades dispersas” (Sérgio, “Sobre as correntes inclusas na «Renascença Portuguesa» e seu destino”, p. 56). Lembre-se que, já no início dos anos 30, Sérgio tinha sido bastante crítico quanto à posição tomada por José Rodrigues Miguéis na polémica com Castelo Branco Chaves (que se saldou na saída do primeiro da revista), opondo duas concepções de revolução e do papel dos intelectuais na sociedade. Miguéis, com o seu “pendor para o bolchevismo”, nas acusações de Sérgio (n.º 231, Dezembro 1930, p. 233), não representava a atitude e os valores seareiros. Esse sentimento de cisão entre o grupo fundador e a direcção que a revista tomava deve também ter em conta o contexto político que se seguiu à Ditadura Militar: vários dos seus protagonistas foram perseguidos pelo novo regime, exilados e, conseqüentemente, com menor capacidade de influência directa sobre os destinos da publicação.



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

É igualmente relevante constatar, num sentido oposto, os apelos de reaproximação e os intuitos de apropriação dos valores e figuras do movimento fundador, dos quais a comemoração do cinquentenário da revista em 1971 é representativo. Alguns dos fundadores do movimento seareiro tinham-se convertido em figuras tutelares da oposição portuguesa, reconhecidos por intelectuais de diferentes filiações políticas e ideológicas, capazes, por isso, de simbolicamente representar a oposição democrática. As diferentes reorganizações por que passou a revista tiveram o movimento fundador e seus valores como referências a retomar. Em 1959, ano em que se iniciou uma renovação da *Seara Nova*, a sua direcção propõe-se “regressar à inteireza da campanha seareira”, nomeadamente à função pedagógica e de orientação da elite portuguesa. E dez anos depois, em balanço do trabalho realizado na última década, Augusto Abelaira, que sucedera a Rogério Fernandes como director da revista, retomava a referência à “tradição seareira” para medir o quanto ainda os separava, em termos de qualidade crítica e doutrinal, do núcleo fundador (n.º 1481, 1969, p. 116).

No número dedicado à celebração do seu cinquentenário, anunciavam-se os planos de publicação de uma antologia, inicialmente prevista para cinco volumes, a reedição dos escritos políticos de Raul Proença, um álbum com entrevistas a Jaime Cortesão, António Sérgio e Aquilino Ribeiro e ainda uma exposição itinerante que passaria em vários pontos do país. São frequentes nos anos 60 e 70 as referências aos fundadores e antigos colaboradores da revista – citações em epígrafe ou a comemoração de efemérides, de que é exemplo a capa de Setembro de 1964 a lembrar o centenário do nascimento do historiador Duarte Leite. Comemorações que, em consonância com os valores difundidos pelos fundadores, se desejaram também críticas. Como notava Piteira Santos, “a *Seara* negaria as suas responsabilidades de revista de doutrina e crítica, se consentisse que um cinquentenário comemorável servisse de pretexto para unificar, igualizar, confundir as diferentes e sucessivas *Searas*”. E questionava também o “espírito seareiro” fundador referido por António Sérgio: “A *Seara* que conheci [...] não constituía um grupo político-cultural coeso e coerente. Tê-lo-ia sido algum dia? Não foram, também, *seareiros*, um Quirino de Jesus, um Ezequiel de Campos?” (n.º 1512, p. 15-16).

Revista eclética, a história foi apenas uma das áreas culturais e científicas que tiveram lugar nas suas páginas. Ainda assim, há que realçar que o projecto seareiro se manifestou também num discurso historiográfico que se foi cerzindo em torno do passado nacional. No final do manifesto com que abre o primeiro número da revista, são enunciados vários *slogans* que expressam uma especial atenção ao lugar do passado no espaço público: “O grupo *Seara Nova* não se limita a prosternar-se perante as glórias passadas da Pátria: quer criar para a Pátria uma nova glória”; “O grupo *Seara Nova* não se limita a glorificar os mortos heróis: quer que apareçam os heróis vivos”; ou ainda: “O grupo *Seara Nova* não fará festas, nem lançará morteiros. Dirige todos os esforços para a acção, e para a preocupação do dia de hoje e de amanhã”.

O anti-passadismo patente, combate desde a primeira hora do grupo, seria um dos esteios da *Seara Nova* e dos seus desejos de modernização e transformação da sociedade portuguesa. Ainda assim, desde cedo se considerou urgente enraizar o diagnóstico dos males da pátria numa narrativa da história portuguesa onde se traçariam as principais linhas definidoras do país. Nessa empresa destacou-se António Sérgio e o seu



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

ensaísmo histórico que considerava necessário para a libertação do peso do passado no tempo presente. Embora a sua reflexão sobre o passado nacional não fosse de todo original – o essencial do seu esquema interpretativo era tributário do de Oliveira Martins, segundo Magalhães Godinho (n.º 1507, Maio 1971, p. 36) – contribuiu decisivamente para a divulgação de uma influente narrativa da história portuguesa, articulada com os valores e diagnósticos dos seareiros. A sua *Breve interpretação da história de Portugal* – originalmente publicada em Espanha em 1929 mas com nova edição portuguesa no início dos anos 70, – é demonstrativa dessa perene influência na cultura portuguesa. Como ideias-chave destaque-se a importância que confere ao cosmopolitismo e abertura ao exterior em momentos cruciais do passado nacional, nomeadamente no período em que se forja a sua independência, na revolução de 1383-85 e no período áureo da expansão marítima, nos quais a preponderância de uma “burguesia de mercadores do litoral” fora determinante para o desabrochar desses processos. No sentido inverso, a decadência da história portuguesa era associada ao seu isolamento e ensimesmamento. A importância conferida à revolução das mentalidades dos grupos dirigentes pelos seareiros repercutia-se igualmente no destaque conferido ao comportamento das elites na história portuguesa. O parasitismo de uma elite dependente do estado ou do trabalho de outros, incapaz de fixar a riqueza e de instruir e fazer progredir o povo é uma constante na narrativa de Sérgio, contraposta a uma elite esclarecida, pragmática e racional que teria vingado no início da expansão marítima ou, num contexto socialmente minoritário, em alguns “estrangeirados” que representavam a modernidade da época – tópico que teria repercussões em alguns historiadores oposicionistas nas décadas seguintes, não raro num sentido auto-referencial.

Alguns dos pontos do ensaísmo histórico de Sérgio seriam retomados ou reformulados criticamente à luz das investigações e metodologias mais em voga; outros abandonados. A partir dos anos 40, na *Seara Nova* e noutras publicações culturais, vão-se consolidando narrativas da história de Portugal de inspiração marxista, que se distanciam, embora com pontos de contacto, da leitura sergiana. Também alguns historiadores foram colocando reservas quanto à forma estritamente pragmática, pedagógica e actualista com que António Sérgio olhava para o passado. Não que rejeitassem a sua influência no plano cívico ou cultural, ou não considerassem frutíferas muitas das suas interpretações historiográficas e ideias sobre a história. Estas últimas eram, no entanto, insuficientes porque não contrabalançadas com uma perspectiva mais rigorosa e de acordo com regras metodológicas elementares na prática historiográfica. A crítica que Jorge Borges de Macedo fez ao prefácio do primeiro volume das *Crónicas de D. João I* vai nesse sentido: ausência de indicações bibliográficas, uso inapropriado e anacrónico de conceitos e juízos morais sobre o passado (n.º 1119, Agosto 1949, pp. 261-4). No ano seguinte e de forma mais genérica, Joel Serrão não incluía António Sérgio no conjunto de modelos historiográficos a seguir, uma vez que se tinha cingido a uma “atitude ensaístico-polémica que, por mais fecunda tenha sido, se apresenta, neste momento, aos olhos da geração que entrou nos trinta anos, como esgotada das suas virtualidades «pedagógicas»” (n.ºs 1194-5, Dezembro 1950, pp. 369-70). Em 1955, apesar de valorizar o contributo de Sérgio para a historiografia, Magalhães Godinho notava, entre outras críticas, um certo imobilismo de algumas das suas interpretações, “tomadas de



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

uma vez para sempre”, e de uma constante subordinação do passado ao presente (*Ensaio*, vol. III, 1971, p. 237).

A *Seara Nova*, tal como outras revistas culturais ligadas aos círculos da oposição, desempenhou um papel relevante ao acomodar, dentro das suas limitações, os trabalhos de vários historiadores que estavam afastados das instituições superiores de ensino e investigação, caso dos historiadores acima referidos. Nela publicaram-se estudos, ensaios e resenhas, nos quais a história não raras vezes era articulada com a intervenção cívica. Como referia Joel Serrão no imediato pós-guerra, altura em que publicou vários textos na revista defendendo a necessidade de conjugar o pensamento com a acção na sociedade, “a abstenção do intelectual é impossível” (n.º 958, Dezembro 1945, p. 261).

No final dos anos 50, aproveitando o entusiasmo da campanha eleitoral de Humberto Delgado, a *Seara Nova* iniciou uma fase de renovação, visível desde logo no aumento das tiragens médias anuais – se em 1959 era 3708, aumentaria de forma constante, atingindo os 15000 exemplares nove anos depois (n.º 1479, Janeiro 1969, p. 21). Nessa década, o preço por número variou entre os 5\$00 e 6\$00. Tal fase correspondeu também ao aumento do número de textos sobre a história contemporânea na revista, elucidativo quanto à reivindicação de uma maior proximidade entre o saber histórico e a intervenção na cidade, sobretudo por parte dos historiadores comunistas, interessados não só na ascensão e contradições da sociedade burguesa de oitocentos mas também no conhecimento da estrutura social onde pretendiam intervir (Neves, *Comunismo e nacionalismo*, pp. 329-338). As causas do “atraso” português, o processo de afirmação e contradições da sociedade burguesa, o estudo dos movimentos operários e socialistas e a avaliação histórica da acção e influência de destacadas figuras do oitocentismo português foram alguns dos temas mais abordados.

O interesse pelo período mais recente da história portuguesa, de reduzida importância nas instituições estatais de ensino e investigação, continha também preocupações de âmbito científico, de trazer esta época para o campo dos conhecimentos históricos e não apenas arma de combate político e ideológico. É nesse sentido que António José Saraiva intervém a propósito do cinquentenário da instauração da República, exortando para que fosse estudada pelos historiadores essa “república desconhecida” (n.ºs 1378-80, Setembro-Outubro 1960, p. 225); ou Joel Serrão quando procura chamar a atenção para a necessidade de historicizar o século XIX e as suas personalidades mais relevantes, caso de Antero de Quental, cujo legado era alvo de divergentes interpretações e polémicas na *Seara Nova* por esses anos (n.ºs 1226-27, Julho 1951, pp. 533-5, 547).

Uma das principais características da *Seara Nova* foi também ter-se constituído como lugar de debate e crítica, inclusivamente no campo historiográfico, legado dos primeiros anos da revista que foi mantido nas décadas seguintes. Polémicas que não visavam apenas o confronto de ideias com historiadores de outros quadrantes ideológicos – caso das polémicas entre António Sérgio e Carlos Malheiro Dias e Manuel Múrias (1925) ou entre Carlos Olavo e Alfredo Pimenta (1941) – mas também entre colaboradores da revista – as críticas de Duarte Leite a algumas das teses de Jaime Cortesão no âmbito da história da expansão ultramarina, por exemplo (Leite, *Coisas de vária história*, 1941).



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

São ainda de realçar as críticas de António Borges Coelho a Vitorino Magalhães Godinho (n.º 1494, Abril 1970, 136-40), pelo significado que têm para a compreensão das diferentes matizes e perspectivas que por vezes são sintetizadas (mas não explicitadas) em categorias analíticas como “historiografia marxista” ou “historiadores comunistas”. Borges Coelho, que entrevistara Magalhães Godinho uns meses antes na *Seara Nova* (n.º 1480, Fevereiro 1969, 53-56), lançara-se numa crítica ao autor dos *Ensaios* que visava não apenas os conceitos centrais da sua obra historiográfica mais recente – considerava os conceitos de “complexo histórico-geográfico” e “estrutura” pouco claros e precisos – mas também a sua explicação geral dos fenómenos e devir históricos. Acusava Godinho de “economismo” ao ignorar o papel das lutas dos diferentes grupos sociais – perspectiva que ganhava uma nova dinâmica historiográfica nos anos 60 (José Neves, *Comunismo e nacionalismo...*, 329-33) – e o “comportamento consciente” desses mesmos grupos, em detrimento do mecanismo das estruturas económicas. Magalhães Godinho viria refutar essas críticas e a explicitar melhor os referidos conceitos (*Ensaios*, vol. III, 1971, XI-XXXI). Mas não deixa de ser significativo que o historiador comunista, tantas vezes identificados às teorias deterministas e teleológicas, viesse reclamar para a historiografia valores e um estilo pouco condicentes com concepções que se reclamavam rigorosamente científicas e objectivas: “Certamente, a paixão da verdade não deve nublar o juízo, mas é preciso que fique bem claro que a reconstituição histórica pode e deve ser apaixonada ou nunca conseguiremos aquecer o seu corpo no esforço sempre perseguido e sempre inacabado de lhe dar vida. E no entrelaçar de todos os factores da síntese histórica, nunca a imaginação, o fulgor, nem o estilo ou a paixão serão algum dia bastantes” (137).

Bibliografia: A revista encontra-se na íntegra digitalizada e disponível *online* no sítio electrónico do Seminário Livre de História das Ideias do Centro de Humanidades da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores. Aí existem também outros materiais (testemunhos, bibliografia, actas dos órgãos da revista, etc.) indispensáveis a um conhecimento mais aprofundado da sua história.

CUNHA, Norberto Ferreira da, “A Seara Nova da cidadania (1921-1945)”, *Forum*, n.º32, Julho-Dezembro 2002, pp. 43-60; DIAS, Luís Augusto da Costa, *Uma anti-Seara na Seara Nova. Doutrina e crítica nos jornais e revistas juvenis da década de 1930*, Coimbra, CEIS20, 2002; LEITE, Duarte, *Coisas de vária história*, Lisboa, Seara Nova, 1941; MAGALHÃES, Joaquim Romero, “A história de Portugal na Seara Nova: a busca no tempo passado para a construção de um pretendido futuro”, in Sérgio Campos Matos e Maria Isabel João (orgs.), *Historiografia e Res Pública nos dois últimos séculos*, Lisboa, CH-UL/CEMRI-UAB, 2017, pp. 403-422; MATOS, Sérgio Campos, “António Sérgio na cultura histórica portuguesa”, *Consciência histórica e nacionalismo (Portugal – séculos XIX e XX)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008, pp. 215-230; NEVES, José, *Comunismo e nacionalismo em Portugal. Política, cultura e história no século XX*, Lisboa, Tinta-da-China, 2010; PEREIRA, José Carlos Seabra, “Sementes, labutas e frutos de uma Seara alodial”, in Clara Rocha, Helena Carvalhão Buescu e Rosa Maria Goulart (orgs.), *Literatura e cidadania no século XX – ensaios*, Lisboa,



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

IN-CM, 2011, pp. 247-300; PIRES, Daniel, “Seara Nova” in *Dicionário da imprensa periódica portuguesa do século XX (1941-1974)*, vol. II, 2º tomo, Lisboa, Grifo, 2000, pp. 430-535; REIS, António, “Seara Nova” in Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito (dirs.), *Dicionário de história do Estado Novo*, vol. II, [s.l.], Círculo de Leitores, 1996, pp. 890-893; REIS, António, “Seara Nova (grupo)”, in Maria Fernanda Rollo (coord.), *Dicionário de história da I República e do republicanismo*, vol. III, Lisboa, Assembleia da República, 2014, pp. 761-764; SÉRGIO, António, “Sobre as correntes inclusas na «Renascença Portuguesa» e seu destino”, in Jaime Cortesão, *Raul Proença: catálogo da exposição comemorativa do primeiro centenário (1884-1984)*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 1985, pp. 53-57.

José de Sousa